AgroVida

VidaEconómica
GRUPO EDITORIAL

Este suplemento faz parte integrante
da Vida Económica, número 2148, de 6 de novembro 2026,
e não pode ser vendido separadamente.
Suplemento editado na 1º semana de cada mês.

Álvaro Mendonça e Moura, presidente da CAP, em entrevista

Portugal está "a duplicar" o *deficit* da balança agroalimentar com Espanha. "É extremamente preocupante"

Págs. 4-5



Mulheres agricultoras querem regime de Segurança Social adaptado à realidade da agricultura familiar

Págs. 2 - 3



OE 2027: Verbas para investimento na agricultura caem 44,6%, para 120,8 milhões de euros

Pág. 3



Produtores de leite querem "atitude construtiva e de diálogo" com a Agência Portuguesa do Ambiente

Págs. 6-7

Apoios ao gasóleo agrícola até 31 de dezembro custam 15 milhões de euros

Pág. 8

Laboratório InovCitrus investiga praga que afeta citrinos no Algarve

Pág. 8

MARP QUER INCENTIVOS AO REGISTO DAS MULHERES AGRICULTORAS E À TITULARIDADE PLENA OU PARTILHADA DAS EXPLORAÇÕES

Mulheres agricultoras querem regime de Segurança Social adaptado à realidade da agricultura familiar

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) declarou 2026 como o Ano Internacional da Mulher Agricultora. A menos de dois meses do fim do ano, a presidente da Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas (MARP) não vê, em Portugal, medidas concretas para as valorizar. Até agora, só tem havido "encontros, colóquios, debates e iniciativas de sensibilização, promovidos por organizações associativas e autarquias".
Em entrevista à "Vida Económica", Berta Santos explica que apresentaram ao Governo duas propostas: a criação de um regime de Segurança Social adaptado à realidade da agricultura familiar e de incentivos ao registo das mulheres agricultoras e à titularidade plena ou partilhada das explorações. No entanto, a proposta de Orçamento do Estado para 2027, já aprovada na generalidade no Parlamento, nada prevê, o que a presidente da MARP lamenta. "A igualdade não se constrói com declarações de intenção, mas com decisões políticas e recursos orçamentais que respondam aos problemas reais".

Vida Económica – A FAO declarou 2026 como Ano Internacional da Mulher Agricultora. Em Portugal, o que é que mudou este ano?

Berta Santos – A FAO, ao declarar 2026 como Ano Internacional da Mulher Agricultora, veio reconhecer o papel essencial que as mulheres desempenham nos sistemas agroalimentares, desde a produção à transformação e comercialização dos alimentos. Um trabalho indispensável à alimentação das populações, à economia, à preservação dos territórios rurais e à soberania alimentar, mas que continua, demasiadas vezes, invisível e desvalorizado. A FAO reconhece igualmente que persistem desigualdades no acesso das mulheres à terra, ao financiamento, aos recursos produtivos, à proteção social e aos espaços de decisão. Por isso, apela aos governos para que adotem políticas concretas, com investimento direcionado, medidas com perspetiva de género, melhores estatísticas e uma participação efetiva das mulheres na definição das políticas que lhes dizem respeito.

VE – Em Portugal, o que mudou em 2026, por ser o Ano Internacional da Mulher Agricultora? Houve medidas políticas para valorizar as mulheres agricultoras?

BS – Até ao momento, assistimos à realização de encontros, colóquios, debates e iniciativas de sensibilização, promovidos por organizações associativas e autarquias. São iniciativas importantes para dar visibilidade às mulheres agricultoras, ouvir as suas experiências e denunciar os problemas que enfrentam. Mas dar visibilidade não é o mesmo que garantir direitos, melhorar rendimentos ou assegurar condições de vida e de trabalho dignas. Apesar da importância do reconhecimento público e das iniciativas realizadas, continua a faltar uma resposta política suficientemente concreta e estruturada que enfrente as desigualdades existentes. Valorizar as mulheres agricultoras exige mais do que homenagens e discursos: exige medidas duradouras, recursos e vontade política. Por isso, consideramos que a declaração de 2026 como Ano Internacional da Mulher Agricultora deve constituir uma verdadeira oportunidade para passar das palavras aos atos, exigindo que o poder político reconheça, de uma vez por todas, a importância das mulheres agricultoras e valorize efetivamente o seu papel socioeconómico, ambiental e na defesa da soberania alimentar. Esse reconhecimento deve traduzir-se em medidas concretas e duradouras, que garantam direitos, dignifiquem o trabalho, promovam a igualdade e assegurem às mulheres agricultoras o lugar que merecem na agricultura e na sociedade.



Berta Santos, presidente da Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas (MARP).

VE – Como olha para a situação das mulheres agricultoras em Portugal comparando com o que se passa na Europa?

BS – Quando comparamos a situação das mulheres agricultoras em Portugal com a realidade de outros países europeus, encontramos alguns aspetos positivos, mas também desigualdades que continuam por resolver. Segundo a Comissão Europeia, as mulheres representam cerca de 39% da força de trabalho agrícola portuguesa. Este dado demonstra a importância do seu contributo para a produção alimentar, a sustentabilidade das explorações familiares e a manutenção da vida nos territórios rurais. No entanto, ter uma presença significativa na agricultura não significa, necessariamente, ter o mesmo reconhecimento, os mesmos rendimentos ou o mesmo poder de decisão que os homens.

VE – E o caso português?

BS – Em Portugal, como em muitos outros países europeus, uma parte importante do trabalho das mulheres continua associada às explorações familiares, onde acumulam frequentemente as tarefas agrícolas com as responsabilidades domésticas e de cuidado da família. Quando esse trabalho não é devidamente reconhecido através de um estatuto profissional, de rendimentos próprios e de contribuições para a Segurança Social, as mulheres ficam mais vulneráveis e podem chegar à idade da reforma com pensões muito baixas.

VE – Durante este ano, a Comissão Europeia adotou alguma medida tendente a melhorar a atividade das mulheres agricultoras?

BS – A "Visão para a Agricultura e a Alimentação", apresentada em 2025 pela Comissão Europeia, apontava como objetivo uma maior participação das mulheres na agricultura. E, já em 2026, a Comissão criou a Plataforma Mulheres na Agricultura, com vista a contribuir para a igualdade de oportunidades no setor agrícola e para debater e partilhar boas práticas. Por ocasião da apresentação desta "Visão", a articulação de mulheres da Coordenadora Europeia Via Campesina, onde fazemos chegar a nossa voz através da Confederação Nacional da Agricultura [CNA], enviou uma carta ao comissário da Agricultura, Christophe Hansen, congratulando-se com a criação da Plataforma. Mas apresentamos outras propostas que ainda não vimos satisfeitas.

VE – Outras propostas? Quais?

BS – Por exemplo, a necessidade de operacionalizar instrumentos de regulação de mercado, no âmbito da Política Agrícola Comum, que garantam preços justos para as agricultoras que cubram os custos de produção e garantam um rendimento digno. E maior justiça na distribuição das ajudas da PAC, pois até agora as pequenas e médias explorações – onde predominam as mulheres – têm sido fortemente prejudicadas pelo critério de atribuição de ajudas baseado na área (hectare). Da nossa parte continuaremos a reivindicar essas transformações, nomeadamente no âmbito da reforma da PAC para o pós-2027.

VE – Pergunto-lhe isto porque, justamente a Comissão Europeia, está a organizar o primeiro seminário presencial da Plataforma Mulheres na Agricultura. Será no dia 12 de novembro, em Bruxelas. A MARP vai marcar presença?

BS – Não nos vai ser possível estar presentes. Estamos, por esta mesma ocasião, a preparar a participação da MARP no 10º Congresso da CNA, na qual somos filiadas, que se realiza em Vila Real no dia 15 de novembro.

VE – Em todo o caso, como olha para esta iniciativa europeia?

BS – Congratulamo-nos com a criação da "Plataforma Mulheres na Agricultura", destinada a reforçar o envolvimento das mulheres e a igualdade de oportunidades no sector agrícola. No entanto, não podemos deixar de alertar para a necessidade de a Comissão Europeia abordar as causas profundas dos problemas enfrentados pelos agricultores em geral e que são problemas que afetam as mulheres de forma desproporcionada. É fundamental que as mulheres sejam consultadas de forma estrutural e consistente, com compromissos de alteração de políticas públicas, em vez de se criarem processos isolados ou meramente simbólicos. Além disso, é necessário garantir às mulheres as condições necessárias para participarem nos espaços de formulação de políticas, o que inclui a prestação de serviços de interpretação e o financiamento das despesas de viagem, bem como a consideração das necessidades de cuidados aos filhos, que é uma questão ainda marcada por desigualdades de género que, de forma desproporcional, dificulta a participação das mulheres.

VE – A MARP emitiu um comunicado no dia 15 de outubro de 2026, Dia Internacional da Mulher Rural, a exigir várias medidas de política. O Orçamento de Estado para 2027 contempla algumas delas?

BS – À data de 28 de outubro de 2026 [aprovação, na generalidade, no Parlamento, da proposta do Governo para o Orçamento do Estado para 2027], o documento continuava sem dar resposta às reivindicações apresentadas pela MARP. Mais uma vez, as mulheres agricultoras correm o risco de ficar para trás, apesar do papel fundamental que desempenham na produção alimentar, na economia rural, na preservação do ambiente e na defesa da soberania alimentar. A criação de incentivos ao registo das mulheres agricultoras e à titularidade plena ou partilhada das explorações, bem como a adoção de um regime de Segurança Social mais justo, com uma bonificação de 50% da contribuição do segundo elemento do agregado familiar, financiada pelo Orçamento do Estado e sem perda de direitos, são medidas concretas que continuam por assumir na proposta apresentada. Não basta reconhecer publicamente a importância das mulheres agricultoras; é preciso traduzir esse reconhecimento em direitos, apoios e condições de vida dignas. A igualdade não se constrói com declarações de intenção, mas com decisões políticas e recursos orçamentais que respondam aos problemas reais de quem trabalha diariamente na agricultura. A MARP considera, por isso, que a discussão do Orçamento do Estado para 2027 deve constituir uma oportunidade para corrigir esta ausência e dar resposta às reivindicações das mulheres agricultoras. O reconhecimento do seu trabalho não pode continuar a ser adiado. Valorizar as mulheres agricultoras é valorizar a agricultura familiar, defender o mundo rural e garantir o futuro da nossa soberania alimentar.

> **O balanço político do Ano Internacional da Mulher Agricultora é marcado pela distância entre o reconhecimento público da importância das mulheres agricultoras e a concretização de medidas que respondam aos problemas que enfrentam diariamente.**

VE – Já apresentaram estas propostas ao Ministério da Agricultura?

BS – A MARP deu conhecimento das suas posições ao Ministério da Agricultura, com o objetivo de que estas venham a ser acolhidas no âmbito da discussão do OE2027. No que respeita à criação de um regime de Segurança Social adaptado à realidade da agricultura familiar, é uma proposta que temos vindo a apresentar nos últimos anos no âmbito do Estatuto da Agricultura Familiar e que consideramos que deve ser implementada já em 2027.

VE – A dois meses do fim do ano 2026, que balanço faz do Ano Internacional da Mulher Agricultora?

BS – Na perspetiva da MARP, o balanço político é marcado pela distância entre o reconhecimento público da importância das mulheres agricultoras e a concretização de medidas que respondam aos problemas que enfrentam diariamente. Por isso, não podemos confundir a realização de iniciativas e a multiplicação de declarações de reconhecimento com a resolução dos problemas estruturais. As mulheres agricultoras continuam a enfrentar dificuldades económicas, falta de reconhecimento profissional e desigualdades no acesso à proteção social. São problemas que exigem decisões políticas, financiamento e medidas duradouras.

VE – Mas valeu a pena, dedicar um ano à celebração das mulheres agricultoras?

BS – Sim, se este ano contribuir para dar mais voz às mulheres agricultoras e reforçar a luta pelos seus direitos, sim. Mas ficará muito aquém dos objetivos, se terminar sem mudanças concretas nas suas condições de vida e de trabalho. Para a MARP, valorizar as mulheres agricultoras é valorizar a agricultura familiar, defender os territórios rurais, proteger o ambiente e reforçar a soberania alimentar. É por isso que continuaremos a reivindicar medidas concretas, porque as mulheres agricultoras não precisam apenas de ser lembradas num ano internacional; precisam de ser reconhecidas, respeitadas e valorizadas todos os anos.

OE 2027: Verbas destinadas ao investimento na agricultura caem 44,6%, para 120,8 milhões de euros

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

A proposta de Orçamento do Estado para 2027 apresentada pela AD, aprovada na última semana no Parlamento com a abstenção do PS, PAN e JPP e os votos contra da restante oposição, prevê um crescimento da economia de 2,1% em 2027, com um excedente de 0,1%. A votação final global está agendada para 24 novembro.

A fileira agroalimentar em Portugal apresenta um volume de negócios global de 34.946 milhões de euros, segundo os dados do Instituto nacional de Estatística (INE), sendo responsável por 10,6 mil milhões de euros de exportações (equivalente a cerca de 13,3% das exportações totais de bens do país). Ainda assim, e pese embora o défice da balança comercial de produtos agrícolas e agroalimentares ter atingindo cerca de 6,3 mil milhões de euros em 2025 (agravou-se em 1.150,1 milhões de euros face a 2024), não está previsto um aumento das verbas destinadas ao investimento no setor, nem mesmo para a execução da estratégia "Água que Une", aprovada em Conselho de Ministros em 24 de junho de 2026 e considerada estruturante pelo Governo.

Se é certo que a despesa total consolidada do Ministério da Agricultura e Mar vai aumentar 6,5% em 2027, para 1.625 milhões de euros, sem o efeito do PRR, as verbas destinadas ao investimento vão cair 44,6%, para 120,8 milhões de euros, de acordo com a proposta de OE2027. Em 2026, as verbas destinadas ao investimento fixaram-se em 218 milhões de euros.

O investimento estruturante nos setores primários ascendeu a 93 milhões de euros em 2026, mas, em 2027, fica-se por apenas um milhão de euros (Quadro 4.18 do relatório do OE2027).

"Água que Une": 23 milhões de euros em 2027

No que se refere à estratégia "Água que Une", que prevê uma dotação global de 5.000 milhões de euros até 2030, em 2026 foram-lhe destinados 47 milhões de euros para investimento estruturante. Já em 2027 a verba não irá além dos 33 milhões de euros (–30%), de acordo com a proposta de OE aprovada na generalidade (Quadro 4.21).

O "Plano de Ação Mondego Mais Seguro" absorve 10 milhões de euros e a expansão e modernização de infraestruturas de armazenamento (regadio) absorve 23 milhões de euros. O Aproveitamento Hidroagrícola (Óbidos, Amoreira, Cela e Algarve) não tem verba destinada, o restauro de rios e ecossistemas idem, o mesmo sucedendo com o Hub Azul (radares incluídos), que é da responsabilidade do IPMA, ficando sem financiamento em 2027.

No OE2027, aprovado na generalidade, no Parlamento, é referido que, "entre as iniciativas compreendidas na estratégia Água que Une, destaca-se o avanço nas barragens dos rios Ocreza, Alportel e Foupana e o investimento em reabilitação de regadios, fundamentais para a sustentabilidade das atividades produtivas num contexto de alterações climáticas". No entanto, estas três barragens não surgem identificadas no quadro de investimentos.



José Manuel Fernandes, ministro da Agricultura e Mar.

Fundos europeus caem 13,7%, sem o PRR

As transferências de capital também vão baixar no próximo ano. Se, em 2026, ascenderam aos 354,7 milhões de euros, em 2027 não irão além dos 241,8 milhões de euros, registando uma quebra de –31,8%.

Em matéria de subsídios, a verba também desce. Dos 83,2 milhões de euros este ano dar-se-á um decréscimo de -15%, para os 70,7 milhões de euros. Em sentido inverso, a despesa com pessoal sobe 4,0%.

Por seu lado, os fundos europeus passam de 777,6 milhões de euros (OE2026) para 671,1 milhões de euros (OE2027), ou seja, menos 106,5 milhões de euros (–13,7%). A receita de impostos (contrapartida nacional) sobe 30,1 milhões de euros (+7,4%), mas é considerada insuficiente para compensar.

ÁLVARO MENDONÇA E MOURA, PRESIDENTE DA CAP, EM ENTREVISTA

Portugal está "a duplicar" o *deficit* da balança agroalimentar com Espanha. "É extremamente preocupante"

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

O agravamento do preço dos fatores de produção na agricultura – combustíveis, fertilizantes e outros – que se tem verificado desde o início do conflito militar entre EUA e Israel contra o Irão, em fevereiro, "está a ser muitíssimo mais apoiado em países como a Espanha, que são os nossos principais competidores".
E "o resultado está à vista", avisa o presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Em entrevista à "Vida Económica", Álvaro Mendonça e Moura diz que "a deterioração da balança agroalimentar com a Espanha é absolutamente impressionante". O déficit já é superior a dois mil milhões de euros só no primeiro semestre quando, há cinco anos, esse era o déficit num ano todo. O presidente da CAP é cáustico: "Estamos a duplicar o déficit da balança agroalimentar com a Espanha. O país fica impossibilitado de competir. É muito, muito grave".

Vida Económica – A CAP promoveu uma concentração no dia 12 de outubro em frente à Assembleia da República e, depois, junto da residência do Primeiro-Ministro, exigindo que o Governo libertasse mais 140 milhões de euros ainda este ano para minimizar o impacto do aumento dos custos dos fertilizantes e dos combustíveis. Que resposta é que tiveram do Governo e do Ministério da Agricultura em particular?

Álvaro Mendonça e Moura – Até este momento, não temos resposta do Governo, mas nós não fizemos uma ação de protesto só junto do Governo. Fizemos também, como disse, uma ação de protesto na Assembleia da República, dirigida a todos os partidos que se interessam pela agricultura. Está em curso o debate sobre o Orçamento de Estado [para 2027] e nós esperamos que os partidos assumam as suas responsabilidades, propondo as alterações necessárias à proposta que o Governo apresentou. Obviamente que o Governo é quem tem a maior quota parte da responsabilidade e é que tem que tomar a decisão necessária nesta matéria, mas eu também gostava de ouvir os partidos da oposição dizerem o que é que entendem sobre estas reivindicações.

VE – Mas solicitaram audiências aos partidos?

AMM – Todos, todos.

VE – Sei que alguns partidos tomaram até a iniciativa de ir ter convosco à frente do Parlamento.

AMM – Sim, o Chega veio ter connosco à frente do Parlamento, mas os outros partidos reuniram-se connosco dentro do edifício. Estivemos reunidos com o PSD, o CDS, a iniciativa liberal e o Partido Socialista. Estivemos reunidos com todos estes partidos e a todos pusemos as nossas reivindicações. Eu não quero ter só uma resposta do Governo, quero ouvir todos os partidos dizerem o que é que pensam sobre esta matéria. Os partidos têm vários instrumentos para obrigar o Governo a agir.

VE – O ministro da Agricultura diz é que, para este ano, não tem condições de libertar mais verbas, que apenas vai libertar 162 milhões de euros a partir de 2027, em resultado da quinta reprogramação do plano estratégico da PAC.

AMM – É importante não confundir as coisas. Quando o ministro diz que, para o ano, vai proceder a um reforço de cerca de 162 milhões de euros, isso é uma reprogramação que, no fundo, é uma antecipação de dinheiro comunitário do próximo quadro financeiro plurianual [2028-2034]. Atenção a isso, porque o que está aqui em causa é uma autorização que a Comissão Europeia dá aos Estados-membros.



Álvaro Mendonça e Moura, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP).

VE – Mas a Comissão ainda não deu essa autorização a Portugal.

AMM – Mas, nos últimos anos, no último ano de cada quadro financeiro plurianual, para fazer face ao pagamento relativo ao último ano de qualquer quadro financeiro, é preciso antecipar verbas do quadro financeiro seguinte. Ora, é a isso que o ministro está a referir, é uma antecipação de verbas. Não é um aumento. É uma antecipação de verbas do quadro financeiro seguinte. E isso tem-se feito sempre. E o que é possível desta vez - e isso é uma autorização da Comissão Europeia - é que a Comissão permite aos Estados-membros anteciparem uma determinada percentagem. E é daí que vêm os 162 milhões de euros. Mas isso não é um reforço para compensar o aumento dos fatores de produção. E esse é o ponto que, francamente, não gosto nesta discussão.

VE – Porquê?

AMM – Porque é muito importante distinguir, e é muito importante que a opinião pública distinga, o que são apoios extraordinários para fazer face ao aumento dos fatores de produção, daquilo que são os pagamentos habituais, normais, da Política Agrícola Comum. Não podemos misturar as duas coisas. Nem se pode responder ao apelo de apoio para podermos ser competitivos face a este aumento dos fatores de produção, que está a ser muitíssimo mais apoiado em países como a Espanha ou a França, que são os nossos principais competidores, sobretudo a Espanha. E não se pode confundir isto com os pagamentos habituais da PAC. O que está aqui em causa é que, desde fevereiro, março, com a guerra de Israel e dos Estados Unidos contra o Irão, houve um disparar dos preços dos combustíveis e dos fertilizantes. Ora bem, a questão é como se reage a este aumento. E criou-se na Europa uma enorme disparidade. Houve países que apoiaram muito o seu setor agrícola, porque consideram-no muito importante, como é o caso da Espanha, e houve países em que esse apoio foi muito limitado, como é o caso português. E a consequência é que os agricultores portugueses têm hoje uma dificuldade muito acrescida pela concorrência dos seus principais competidores, que são os espanhóis. E o resultado está à vista, a deterioração da balança agroalimentar com a Espanha é absolutamente impressionante. Nós estamos neste momento, tenho os dados só do primeiro semestre, mas, no primeiro semestre, nós já estávamos com um déficit superior a dois mil milhões [de euros] na balança comercial com a Espanha. Ora, se recuarmos cinco anos, este era mais ou menos o valor do nosso déficit agroalimentar com a Espanha num ano todo. Nós estamos a duplicar o déficit da balança agroalimentar com a Espanha. Eu acho que isto é extremamente preocupante. O país fica impossibilitado de competir. É muito, muito grave.

VE – Há aqui, então, duas situações. Por um lado, o ministro da Agricultura diz que, este ano, não haverá apoios extraordinários para conceder à agricultura...

AMM – Eu espero que o Governo venha a rever esta decisão.

VE – Tem essa esperança?

AMM – Tenho essa esperança. Esta-

mos em outubro [esta entrevista foi gravada no final de outubro] e eu tenho esperança que o Governo faça uma revisão dessa posição, porque a situação agrava-se todos os dias. O Governo vai ter que tomar uma posição, nem que seja uma posição de dizer aos agricultores que, afinal, não os considera importantes.

VE – O Governo não vai dar mais apoios extraordinários. Por outro lado, com a quinta reprogramação do PEPAC o ministro da Agricultura diz que vai tentar ir buscar 162 milhões de euros ao futuro quadro financeiro plurianual (2028-2034). O problema é que o futuro quadro financeiro não vai ter a configuração do atual, porque vamos ter um único fundo a financiar a agricultura, coesão, pescas, migrações, etc, e corremos o risco de uma renacionalização da PAC. Como garantimos o futuro se não sabemos qual é a fatia destinada à agricultura?

AMM – Bom, são coisas diferentes. Efetivamente, é como disse, está certo o que diz, nós temos basicamente três grandes problemas com o futuro quadro financeiro plurianual: uma redução de cerca de 20% das verbas para a agricultura. Num orçamento que, na proposta da Comissão, cresce cerca de 40%, temos uma redução de 20% para a agricultura. Esse é o primeiro aspeto. O segundo aspeto é que, como disse e muito bem, passamos a ter aqui um fundo único que não é só para a agricultura e a coesão, mas para várias outras. E vai ser muito mais difícil de elaborar, para as administrações públicas, porque vai ter que ser um conjunto de ministérios, em vez de ser um só ministério a tratar daquela verba. Ou seja, vai ser preciso conjugar vários ministérios, o que para uma administração como a portuguesa, obviamente, torna o exercício muito mais complicado. O terceiro problema, de que se fala muito pouco, mas que a mim preocupa muito, é que a Comissão reduz as verbas e atira com a responsabilidade para os governos nacionais, dizendo 'Nós vamos permitir um cofinanciamento nacional muito superior'.

VE – Porque é que isso o preocupa?

AMM – Isto preocupa-me imenso, porque não só as verbas não estão garantidas, como cria uma desigualdade enorme entre os vários Estados da União Europeia. Em vez de fazermos um mercado único, vamos caminhar para uma renacionalização da política agrícola, que deixa de ser comum para ser nacional e em que, portanto, os agricultores finlandeses estão numas condições, os agricultores gregos estão noutras, os agricultores irlandeses noutras ainda e, sobretudo, os agricultores portugueses e espanhóis estarão em condições muito diferentes. E o exemplo recente que estamos a viver este ano, da diferença de apoios e de importância que Madrid dá à agricultura, comparada com a importância que Lisboa tem dado à agricultura, preocupa-me imenso. Cria-se uma disparidade muito grande. Portanto, o problema do orçamento e do quadro financeiro plurianual não é só o montante, não é só o fundo único, é a renacionalização da PAC.

> **A proposta irlandesa [para a PAC 2028-2034] é negativa para Portugal. A última caixa de negociação que a Irlanda apresentou não garante que algumas das verbas que a presidente [da Comissão Europeia, Ursula] von der Leyen anunciou em janeiro sejam necessariamente aplicadas na agricultura**

VE – E há a questão de saber se, dentro do Governo de Portugal, o Ministério da Agricultura terá o peso político para reivindicar verbas suficientes para o setor da agricultura.

AMM – Exatamente. Devo dizer - e faço aqui um elogio ao nosso ministro da Agricultura - que o ministro da Agricultura [José Manuel Fernandes] tem sido um dos ministros mais vocais, mais ativos, no conselho dos ministros da Agricultura [Agrifish], em Bruxelas, batendo-se precisamente contra estes problemas do fundo único e da renacionalização da PAC. Agora, a questão já não está a ser discutida no Conselho Agrifish, está a ser discutida ao nível do Conselho Europeu. E, obviamente, espero que o nosso Primeiro-Ministro seja muito firme nesta matéria, porque as últimas propostas são muito más para Portugal e muito perigosas.

VE – A Irlanda está a assumir a presidência do Conselho neste semestre. A posição irlandesa é favorável, ou não, a Portugal?

AMM – A proposta irlandesa é negativa para Portugal. É uma má proposta. A última caixa de negociação, a negotiating box que a Irlanda apresentou não garante que algumas das verbas que a presidente [da Comissão Europeia, Ursula] von der Leyen anunciou em janeiro como verbas que seriam incorporadas na parte agrícola. A proposta irlandesa não garante que essas verbas sejam necessariamente aplicadas na agricultura. E isso faz uma enorme diferença.

OE2027 só prevê 33 milhões para a estratégia "Água que Une". "Gostava que o Governo esclarecesse"

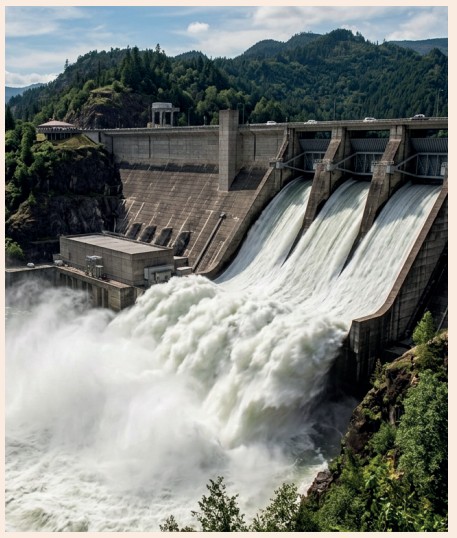
Em 2026, a verba que destinada ao investimento na estratégia "Água que Une" atingiu 47 milhões de euros, mas, para 2027, há uma redução de 30%. A proposta de Orçamento de Estado já provada na generalidade prevê apenas 33 milhões. O presidente da CAP não esconde a "perplexidade". "Não sei como é que o Governo está a pensar chegar aos cinco mil milhões de euros em 2030, com verbas dessa dimensão". Álvaro Mendonça e Moura é claro: "Essa é uma matéria que tem que ser esclarecida no debate orçamental".

Vida Económica – Volto ao orçamento de Estado de Portugal para 2027. Olhando para as verbas destinadas ao investimento e, nomeadamente, para o setor da água e para a estratégia "Água que Une", não ficam aquém do desejável?

Álvaro Mendonça e Moura – Ora bem, esse é um ponto que me deixa um bocadinho perplexo, porque se houve reforma realmente importante que este Governo anunciou, foi a estratégia "Água que Une" e a CAP aplaudiu desde o primeiro dia. É uma verdadeira reforma, porque vai mudar a produção agrícola em Portugal. A capacidade agrícola do país fica enormemente aumentada se a estratégia for implementada. Mas isto é na condição, de facto, de isto ser feito. Ora, o Governo anunciou, quando apresentou a estratégia, que haveria um investimento de cinco mil milhões de euros nesta estratégia até 2030.

VE – Em 2026, a verba que destinada ao investimento nesta área foi na ordem dos 47 milhões de euros, e para 2027, os números que constam da proposta de Orçamento de Estado [já provada na generalidade], prevê apenas 33 milhões, ou seja, menos 30%.

AMM – Ora bem, eu não sei como é que o Governo está a pensar chegar aos cinco mil milhões de euros em 2030 com verbas dessa dimensão. Não sei, não sei, e gostava que o Governo esclarecesse essa matéria. Está o Governo a pensar recorrer a outras fontes de financiamento? Está o Governo a pensar, através do grupo Águas de Portugal, recorrer a empréstimos bancários através do BEI [Banco Europeu de Investimento]? Eu não sei responder, mas acho que é uma matéria que tem que ser esclarecida no debate orçamental. Porque, se não é assim, se não for assim, se o Governo não estiver a pensar obter verbas para o grupo Águas de Portugal e para a empresa [AdP Aqua] que foi criada para



implementar a estratégia "Água que Une", então estamos muito mal. Pensando politicamente, eu tenho dificuldade em compreender como é que o Governo, que teve a coragem - porque de coragem real se tratou - de avançar com esta estratégia, o que o leva a não a querer valorizar? Porque os sinais são sinais de menor atenção a isto. A menos, repito, a menos que o Governo esteja a pensar recorrer a outras fontes de financiamento. Mas isso, eu não vi explicado por ninguém. Daí a minha insistência nesta matéria. E não gostava que o Governo reduzisse a sua ambição, porque este é o ponto crucial para a agricultura portuguesa. Há vários pontos importantes e há pouco falávamos da questão de competir com os espanhóis, mas isso são medidas conjunturais, face à crise que estamos a viver. A estratégia "Água que Une" é uma medida estrutural, é uma medida de longo prazo. Essa não pode ser abandonada, essa é a questão fundamental da agricultura, porque a água é fundamental para aumentar a área de regadio, mas também para apoio ao sequeiro, com a construção de charcas, que são fundamentais para a agricultura de sequeiro. Essa é a questão-chave para o desenvolvimento e para a transformação radical da agricultura que se faz em Portugal.

VE – Perante este cenário, o que é que a CAP tem pensado até à aprovação do Orçamento de Estado, e depois da aprovação, no caso de ele não corresponder àquilo que pretendem?

AMM – Não quero, neste momento, avançar mais nada. Estamos a fazer a nossa análise interna. Apresentámos um documento no dia 12 [de outubro]. Vamos analisar a situação e tomaremos as decisões que tivermos de tomar. Sabe, a CAP tem 50 anos de experiência, 50 anos destas lutas. E, quando apresentamos um documento, que foi o que fizemos, é um documento tecnicamente muito estudado, muito pensado e muito justificado. Portanto, nós acreditamos que, quer do Governo, quer dos partidos da oposição que estão a analisar as nossas propostas, haverá uma resposta. Vamos aguardar.

“A Europa deve ter consciência que a agricultura faz parte da segurança alimentar. As pessoas têm de comer”

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

A futura Política Agrícola Comum (PAC 2028-2034), além de fundir os dois pilares históricos — pagamentos diretos e medidas de mercado, através do FEAGA, e o desenvolvimento rural, através do FEADER — num único instrumento e quadro de financiamento, “muito provavelmente” virá acompanhada de “uma redução do orçamento”, acredita o secretário-geral da Associação dos Produtores de Leite de Portugal (Aprolep).
Em entrevista à “Vida Económica”, Carlos Neves pede à Comissão Europeia sobretudo “simplificação” em vez de mais “exigências”, “certificações” e “medidas avulsas” que “não ajudam nada”. “A Europa deve ter consciência que a agricultura faz parte da segurança alimentar” e da segurança da defesa da soberania alimentar, que é “essencial”. O presidente da Aprolep deixa o aviso: “As pessoas têm de comer”.

Vida Económica – A APROLEP realiza no dia 20 de novembro o Colóquio Nacional do Leite, com três pontos fundamentais na agenda. Comecemos pela futura Política Agrícola Comum (PAC 2028-2034). O setor do leite está salvaguardado?

Carlos Neves – Ainda não temos informações, mas haverá, muito provavelmente, uma redução do orçamento, que tentará ser disfarçada pela junção da agricultura com o desenvolvimento rural, mas nós não sabemos o que vai resultar dessa opção. Especificamente para o leite ainda não tenho qualquer informação acerca do impacto que pode ter, mas não estou muito otimista. Estou, digamos assim, moderadamente apreensivo.

VE – Moderadamente apreensivo?

CN – Exatamente. A tendência dos últimos anos tem sido de uma redução dos apoios, procurando-se muitas vezes algumas compensações, mas, em troca, isso tem trazido complicações. Em vez de simplificar, têm complicado, com cada vez mais exigências, mais certificações, medidas avulsas, uma série de medidas, o que não ajuda nada. Acho que está na hora de a Europa simplificar.

VE – Mas a Europa vai continuar a precisar de produzir leite para alimentar a sua população, certo?

CN – Sim. E a Europa deve ter consciência que a agricultura faz parte da segurança alimentar, ou seja, a segurança alimentar faz parte da segurança da defesa da soberania alimentar, que é essencial. As pessoas têm de comer.

VE – Falou da simplificação, há o problema o licenciamento de novas explorações leiteiras, as questões ambientais e do bem-estar animal, que estão sempre em cima da mesa, mas de que tipo de apoios é que o setor do leite precisa, na futura PAC? É mais apoio financeiro ou mais simplificação das normas para o setor?

CN – Pois, o ideal era termos tudo. Mas, tendo em conta que será difícil a Europa ter orçamento para tudo, e compreendendo que a tendência ao longo dos anos tem sido de reduzir os apoios, que haja, pelo menos, a capacidade de nos deixar trabalhar, de não complicar. O que houve em relação à pecuária aconteceu fruto das preocupações ambientais, de toda a questão da descarbonização e de toda a política do Green Deal [Pacto Ecológico Europeu, que visa uma redução das emissões em, pelo menos, 50% até 2030]. E a própria União Europeia tem vindo, nos últimos meses, a mudar a estratégia para a pecuária. Estava implícito em muitas políticas a ideia de que a pecuária era para reduzir, porque a vaca não era ambientalmente sustentável e, de forma mais ou menos declarada, muitos políticos tinham de combater a pecuária. Mas penso que os discursos já inverteram isso e agora é preciso que isso não se concretize em coisas práticas.


Carlos Neves, secretário-geral da Associação dos Produtores de Leite de Portugal (Aprolep).

VE – Por exemplo?

CN – Posso dar dois exemplos. Um é o que está em cima da mesa com o imposto sobre os fertilizantes [as isenções de IVA na compra de adubos e fertilizantes usados na agricultura e de produtos de alimentação para animais de companhia só estão em vigor até ao final de 2026], que pode fazer com que aumentem já para a próxima campanha. Outro é a regra que rege a importação de soja para garantir que não provém de áreas desflorestadas [Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desflorestação]. Ora, a informação que temos é que não há soja certificada suficiente para abastecer a Europa, portanto isso implicará falta de comida para os animais e, ao mesmo tempo, uma escassez e um aumento do custo de uma hora para a outra. São exemplos de duas coisas práticas e imediatas que a Europa tem de responder.

VE – Acredita que a Europa vai deixar cair essas exigências?

CN – Eu espero que haja bom senso nesse sentido, porque os custos de manter isso serão talvez dramáticos para o setor.

VE – Essa questão entronca com o acordo da União Europeia com o Mercosul, cujos países, ao nível das exigências ambientais e de segurança alimentar não cumprem os mesmos requisitos com que os produtores europeus são obrigados a cumprir. Pode haver uma mudança de posição da Comissão Europeia?

CN – Estas coisas são dinâmicas. A Europa tomou, por exemplo, uma posição em relação à importação da carne do Brasil [com a proibição à importação de produtos de origem animal, sobretudo bovina, do Brasil], porque não cumpria regras. Só que isso teve duas consequências. Primeiro, como isso foi anunciado com muita antecedência, os importadores anteciparam e encheram os frigoríficos da Europa com carne do Brasil. Por outro lado, os exportadores brasileiros, sabendo que não podiam mais mandar para a Europa, começaram a vender carne para onde a Europa costumava exportar, por exemplo, ao norte da África. Portanto, todas essas coisas são complexas. É um assunto que tem que ser muito bem estudado.

VE – Um dos temas do vosso Colóquio Nacional do leite é “Como valorizar o leite nos próximos 10 anos”. A crescente produção de leite em pó pode ser uma saída para a valorização do leite?

CN – Nós esperamos ouvir as opiniões das várias empresas, mas, nesta altura, o leite em pó é uma commodity, que neste momento finalmente está a ser valorizada, e nós esperamos que as empresas que usaram isso para crescer voltem a atualizar o [valor do] leite [pago à produção] como nós precisamos, atendendo ao aumento dos custos de produção. Mas, mais do que o leite em pó é a proteína. A proteína que é retirada do soro do leite está a ser valorizada em todo o mundo E, em muitos casos, aquilo que era um subpro-

duto do fabrico do queijo, começa o queijo a ser um subproduto dessa proteína, que é muito procurada pelos desportistas, pelas pessoas que estão a perder peso e que precisam de proteína para manter a massa muscular. Há uma grande procura em todo o mercado e as indústrias têm de acompanhar esta procura.

VE – E nós, aqui em Portugal, estamos a acompanhar essa tendência? A nossa indústria está a valorizar estas novas formas de utilização do leite?

CN – Nós sabemos que há projetos, alguns mais avançados, outros menos, mas não é uma tecnologia que já esteja em pleno desenvolvimento em Portugal, como está em algumas multinacionais do setor dos laticínios. Portanto, o que nós esperamos que aconteça no Colóquio [Nacional do Leite] é que [os industriais] nos digam qual é o estado à arte, qual é o ponto da situação e o que é que esperam dos produtores.

Seja pelo leite em pó ou pelo fabrico de queijo, outra tendência que nós observamos é o que se chama pagar pelos sólidos. Um litro de leite tem cerca de 90% de água e os outros 10% são a gordura, a proteína, os minerais, a lactose. E é isso que queremos que nos digam, com tempo, é que tipo de melhoramento genético nós [produtores] temos que ir fazendo, porque desde que eu decido hoje que vou cruzar uma vaca com um touro, estou a decidir o leite que vou produzir daqui a quatro ou cinco anos. Por isso, a indústria tem que dizer ao agricultor quais são as tendências, o que é que o mercado procura.

> **O déficit alimentar de Portugal tem-se vindo a agravar. E, no caso do leite, o problema já é velho, nos queijos e iogurtes. E agravou-se. Houve indústrias que fecharam as fábricas em Portugal e que importam tudo de Espanha ou de outros países. Os iogurtes, muitas vezes os da marca próprias dos supermercados, os mais baratos são feitos em Portugal e os de valor acrescentado são importados. E há muita importação de queijo**

VE – Corremos o risco de haver escassez de leite para abastecer a indústria?

CN – Se continuarmos com a tendência de perder produtores, vai haver uma altura em que não vamos conseguir assegurar a produção. Vamos tentando ser mais eficientes e manter a produção, mas quando é que vai parar essa tendência de perdermos produtores? O que aconteceu até agora é que os produtores que ficaram, ficaram com as vacas [dos que abandonaram] e ganharam eficiência. Onde há dois anos havia dois produtores com 30 vacas, agora há um produtor e já nem precisa ter 60 vacas, basta ter 50, porque é mais eficiente, tem animais com uma genética com mais seleção, tem um trabalho com nutricionistas que é mais aperfeiçoado. A gente vai aprendendo, melhorando, melhoramos as condições de bem-estar dos animais, melhoramos as condições das instalações. Por isso, nós com menos produtores e menos vacas em Portugal temos o mesmo leite. A produção de leite está estável desde o fim das quotas leiteiras, temos 1.900.000 toneladas que era a nossa cota nacional [fixada através da Portaria n.º 214/91] e basicamente tem sido esta a produção de Portugal ao longo dos anos. A produção está muito estável.

VE – E o número de produtores?

CN – Temos cerca de 3.000 produtores. São cerca 2.000 nos Açores e 1.000 no continente [em setembro de 2026, a recolha de leite de vaca foi de 165,5 mil toneladas e as cooperativas associadas na Lactogal comunicaram, no final de julho, uma nova descida de 1,5 cêntimos por litro no preço ao produtor a partir de 1 de agosto, em todo o território continental].

VE – Só?

CN – Sim, não sei exatamente, mas é mais ou menos isso. [Em setembro de 2026 estavam contabilizados cerca de 3200 produtores] É nesta ordem, sim, e tem sido nos Açores o número é mais estável. Mas a indústria tem que ter isso em conta, é uma preocupação.

VE – E as importações de leite?

CN – O que me preocupa até, ao nível do leite especificamente, por estes dias e por causa da manifestação [de 12 de outubro] da CAP [Confederação dos Agricultores de Portugal], o déficit alimentar de Portugal tem-se vindo a agravar. E, no caso do leite, o problema já é velho, nos queijos e iogurtes. E agravou-se. Houve indústrias que fecharam as fábricas em Portugal e que importam tudo de Espanha ou de outros países. Os iogurtes, muitas vezes os da marca próprias dos supermercados, os mais baratos são feitos em Portugal e os de valor acrescentado são importados. E há muita importação de queijo. Umas vezes porque são queijos especiais, outras vezes porque são muito baratos.

Produtores de leite querem "atitude construtiva e de diálogo" com a Agência Portuguesa do Ambiente

O Colóquio Nacional do Leite de 2026 marca o início de um novo relacionamento, "de diálogo", entre os produtores de leite e a Agência Portuguesa do Ambiente (AP). Em entrevista à "Económica", o secretáriogeral da Aprolep diz querer "uma atitude construtiva, de menos guerra entre ambientalistas e agricultores". O objetivo é "ver o que é possível simplificar, melhorar, para termos na agricultura um fator essencial que é a água".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica – Um dos temas principais do Colóquio Nacional do Leite é "O futuro da água na agricultura e produção de leite". A água é um fator crítico no vosso setor?

Carlos Neves – A água é um ponto importante. O leite tem 90% de água. E não só as vacas bebem muita água, mas porque na pecuária nós precisamos de água. Às vezes temos água e outras vezes não temos porque não chove. A produção de leite acompanha a água. Em Portugal está no Noroeste, em Espanha está no Noroeste, na Galiza, na zona de zona mais precipitação. Em França, está no Noroeste, na zona da Bretanha. Isto é para ver como a água é um fator crítico. Por exemplo, há alguns produtores de leite em Odemira e, há alguns anos, quando a barragem [de Santa Clara] não tinha água a propriedade foi para as culturas permanentes e eles não puderam semear milho. Tiveram que comprar silagem, tiveram uma dificuldade e um custo acrescidos.



VE – Mas qual é neste momento a vossa preocupação relativamente à água?

CN – É uma preocupação a que temos que dar atenção. O país acordou para o projeto de "Água que une", não precisaremos de grandes barragens nas zonas da produção de leite, mas temos muitas parcelas que não têm água. Temos, às vezes, taxas para licenciar um poço, para fazer uma captação. Portanto, teremos que aproveitar mais, fazer charcas, represas, recuperar regadias tradicionais, nomeadamente para a produção de milho.

VE – Vão contar com a presença do presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, José Pimenta Machado, no vosso Colóquio. Como é que tem sido à atuação da APA em relação a estas preocupações?

CN – É um diálogo que nós, enquanto associação, estamos a começar.

VE – A começar?

CN – Sim, não era habitual na Aprolep. É o primeiro contacto que fazemos, enquanto associação, com a Agência do Ambiente. Depois há a experiência de cada agricultor, por exemplo, naquilo que é dificuldade do licenciamento. Às vezes pessoas com boas intenções em vez de simplificar, complicam. Existe, por exemplo, um licenciamento único ambiental para empresas, que está pensado, por exemplo, para quem quer construir uma empresa de média ou grande dimensão, mas que, depois, é a mesma plataforma que é usada por um agricultor que quer licenciar um poço. E é preciso gastar duas horas para pedir uma licença de um poço que já existe há dezenas de anos, mas que ninguém o tivesse registado antes. Este é o tipo de coisas que, muitas vezes, diria, temos que nos sentar a conversar e expor as dificuldades, perceber que nós fazemos agricultura e que não é só a política que está mais de extremos, o tempo também está. O tempo está mais de calor. Estamos no fim de outubro e quase não choveu, tivemos um verão quase sem chuva e podemos, depois, ter a chuva toda de uma vez e correr toda para o mar. Portanto, temos que estar preparados para um tempo mais extremos para, por exemplo, conseguir armazenar água.

VE – Este diálogo com a Agência Portuguesa do Ambiente pode surtir bons efeitos?

CN – Temos de ter uma atitude construtiva, de menos de guerra entre ambientalistas e agricultores. E ver o que é possível simplificar, melhorar, para termos na agricultura um fator essencial, que é a água.

Frusoal investe 515 mil euros. Laboratório InovCitrus investiga praga que afeta citrinos no Algarve

A Frusoal – Frutas do Sotavento Algarve, a maior organização de produtores (OP) de citrinos em Portugal, apresentou no mês passado o Laboratório InovCitrus, um centro de I&D dedicado à citricultura. Um investimento de 515 mil euros que "nasce para transformar a falta de conhecimento em decisões práticas e eficazes para os nossos produtores", refere Tomás Magalhães, técnico responsável pelo primeiro projeto da Frusoal InovCitrus.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt



O Laboratório Frusoal InovCitrus foi apresentado como "um espaço inovador" dedicado à investigação na área dos citrinos e vocacionado para as culturas dos sócios produtores desta OP. O primeiro projeto de investigação que tem em mãos prende-se com o estudo do ciclo de vida do inseto tripes dos citrinos da África do Sul (Scirtothrips aurantii), uma praga de quarentena que já conta com 106 zonas demarcadas na região.

Durante os próximos três anos, este laboratório de I&D vai debruçar-se sobre o tema da "Determinação da Fenologia e Ciclo de Vida dos Tripes em Pomares de Citrinos do Algarve", com isso respondendo à "escassez de conhecimento científico sobre este inseto tripes", que é oriundo da África do Sul (Scirtothrips aurantii) e que já é "uma ameaça fitossanitária emergente para a citricultura algarvia".

Classificado como praga de quarentena na União Europeia, o Scirtothrips aurantii foi detetado pela primeira vez em Portugal em dezembro de 2022, no concelho de Tavira. Desde então, as zonas demarcadas multiplicaram-se: em janeiro de 2026, a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) contabilizava no Algarve 106 zonas demarcadas para esta espécie, cinco para Scirtothrips dorsalis e duas com a presença de ambas.

O inseto alimenta-se de tecidos jovens, como rebentos, folhas e frutos em desenvolvimento, e provoca cicatrizes na epiderme do fruto, junto ao pedúnculo. Os danos nas árvores de fruto são essencialmente estéticos, mas podem tornar o fruto não conforme para comercialização em fresco.

Quando isso sucede, a Frusoal refere que pode haver "prejuízos económicos relevantes para os produtores, acima dos 50%", embora "normalmente anda na ordem dos 20%, particularmente nos frutos da lima e limão". Com ovos de menos de 0,2 mm e adultos de cerca de 1 mm, a sua identificação exige lupas e microscópios de elevada ampliação, e a literatura científica sobre a espécie no contexto europeu continua escassa, refere a OP.

Conhecimento para proteger os pomares

Ao longo do triénio 2026/28, o projeto "Determinação da Fenologia e Ciclo de Vida dos Tripes em Pomares de Citrinos do Algarve" vai avaliar a dinâmica populacional da praga em pomares do Algarve, em laranja, tangerina, limão e lima.

A Frusoal revela que serão analisados fatores como a fenologia das culturas, as condições edafoclimáticas, as infestantes presentes no pomar e os usos do solo adjacentes. Os dados recolhidos servirão de base para o desenvolvimento de estratégias de proteção mais eficazes e sustentáveis.

A iniciativa é desenvolvida "em colaboração com o InnovPlantProtect, entidade especializada em entomologia agrícola, com o apoio do Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CCDR Algarve)". A coordenação da equipa técnica é da Frusoal.

As atividades decorrerão em pomares da Frusoal e dos seus associados e em campos do Centro de Experimentação Agrária de Tavira. O projeto integra o Objetivo I&D do 9.º Programa Operacional da Frusoal, para 2026/28, num contexto em que o investimento em investigação e desenvolvimento é uma das prioridades estratégicas do novo PEPAC.

Tomás Magalhães, técnico responsável pelo primeiro projeto da Frusoal InovCitrus explica que "há três anos que a citricultura algarvia convive com uma praga sobre a qual sabemos ainda muito pouco". Este laboratório InovCitrus nasce, assim, para "transformar essa falta de conhecimento em decisões práticas e eficazes para os nossos produtores".

Apoios ao gasóleo agrícola até 31 de dezembro custam 15 milhões de euros

O Governo aprovou no dia 9 de setembro o prolongamento dos apoios ao gasóleo agrícola até 31 de dezembro deste ano, mas apenas dois meses depois é que revelou publicamente o valor da dotação orçamental associada: 15 milhões de euros. Esse apoio, que prevê um desconto de dez cêntimos por litro no gasóleo agrícola tinha vigorado até 30 de junho. Não há garantias de que vigore em 2027.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

O Ministério da Agricultura anunciou esta segunda feira, 2 de novembro, que vai "reforçar o apoio extraordinário destinado a compensar o aumento dos custos com combustíveis nos setores agrícola e florestal, assegurando uma dotação financeira adicional de 15 milhões de euros para os consumos de gasóleo colorido e marcado". A verba provem de uma dotação centralizada do Ministério das Finanças, através de verbas a inscrever no orçamento do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), entidade responsável pelo pagamento dos apoios aos beneficiários.

15 milhões de euros até dezembro

A "Vida Económica" questionou a assessoria de imprensa do ministro José Manuel Fernandes para que confirmasse se os 15 milhões de euros correspondiam à medida de ajuda aos agricultores anunciada em setembro, mas não obteve resposta. Também questionámos se, para 2027, é expectável que haja um prolongamento desse apoio e qual a dotação, mas também não houve qualquer informação.

No Orçamento do Estado para 2027, nada consta a esse respeito. Apenas consta, no que se refere às dotações específicas, que se mantém "inalterada" a dotação de 10 milhões de euros consignada da receita do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos cobrada sobre o gasóleo colorido e marcado, destinada ao financiamento da contrapartida nacional de programas comunitários, executada através do orçamento do IFAP.

Evolução dos mercados energéticos justifica a medida

O despacho do Governo publicado esta semana pelos ministros de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, e da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes, assegura, assim, até ao fim deste ano, uma dotação financeira adicional de 15 milhões de euros para os consumos de gasóleo colorido e marcado.

O ministro com a tutela da Agricultura diz, em comunicado, que a verba permite "mitigar os impactos do aumento dos preços dos combustíveis", garantindo "um apoio de 10 cêntimos por litro aos setores abrangidos".

A decisão do Governo surge na sequência da "avaliação mais recente da evolução dos mercados energéticos, que confirma a manutenção das circunstâncias que justificaram a criação deste mecanismo de apoio e a necessidade da sua prorrogação", lê-se no comunicado.

Os pagamentos aos agricultores e produtores florestais serão efetuados de forma faseada ao longo do período de vigência da medida. Os apoios relativos aos consumos de julho e agosto de 2026 foram pagos em outubro. A partir dali, o Ministério da Agricultura garante que "os apoios serão pagos no final do segundo mês subsequente ao mês dos consumos".

Nas regiões Autónomas, o despacho reconhece igualmente apoios adicionais para fazer face ao aumento dos custos de produção, até aos montantes máximos de 1,25 milhões de euros, para os Açores, e de 250 mil euros, para a Madeira.